

 <https://doi.org/10.20336/rbs.971>



Liberdade sexual pós-contracultura: Último Tango em Paris e 9½ Semanas de Amor

Post-Counterculture sexual freedom:
Last Tango in Paris and 9½ weeks

Libertad sexual pos-contracultura:
El Último Tango en París y Nueve semanas y media

Jefferson Gomes Teixeira Guedes* 

RESUMO

O artigo apresenta uma discussão acerca da cultura visual com vistas a explorar distintos conceitos de liberdade sexual, tendo como objeto duas obras cinematográficas representativas de dois contextos diversos: de um lado, o filme *O Último Tango em Paris* (1972) de Bernardo Bertolucci, ligado a um universo contracultural dos anos 1960 e 1970. Já nos anos 1980, a obra *hollywoodiana 9½ Semanas de Amor* (1986), de Adrian Lyne, desponta esboçando um tipo de liberdade sexual relacionada à lógica neoliberal, então em ascensão naquele contexto histórico.

Palavras chaves: cultura visual, liberdade sexual, contracultura, neoliberalismo.

ABSTRACT

The article presents a discussion about visual culture in order to explore different concepts of sexual freedom having as object two movies representing two different contexts: Bernardo Bertolucci's film *The Last Tango in Paris* (1972), linked to a 1960s 1970s countercultural universe. In the 1980s, *9½ Weeks*, by Adrian Lyne, outlines a type of sexual freedom related to the then rising neoliberal logic.

Keywords: Visual culture, sexual freedom, counterculture, neoliberalism.

* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil
Pós-doutorando no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo
Jefferson.guedes@alumni.usp.br

RESUMEN

Este artículo presenta una discusión sobre la cultura visual con el fin de explorar diferentes conceptos de libertad sexual, tomando como objeto dos obras cinematográficas que representan dos contextos distintos: por un lado, la película *El Último Tango en París* (1972), de Bernardo Bertolucci, vinculada al universo contracultural de las décadas de 1960 y 1970. En la década de 1980, surgió la película hollywoodense *9½ Semanas* (1986), de Adrian Lyne, que esbozaba un tipo de libertad sexual relacionada con la lógica neoliberal, entonces en ascenso en ese contexto histórico.

Palabras clave: cultura visual, libertad sexual, contracultura, neoliberalismo.

Entre 1972 e 1986, 14 anos transcorreram – um período relativamente curto e insignificante se pensado à luz da história humana. Contudo, ao se debruçar analiticamente sobre duas obras cinematográficas particulares, o que se percebe é que diversas mudanças culturais, sociais, econômicas e sexuais sucederam nesse exíguo tempo.

Último Tango em Paris, considerado pelo crítico Roger Ebert (1972) uma das maiores experiências emocionais da época, foi lançado em 1972, no auge dos movimentos contraculturais que eclodiram entre as décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos. E será pouco mais de uma década depois, em 1986, que *9½ Semanas de Amor* desponta nas telas, com imagens que provocaram novos olhares e reflexões acerca das relações sociais tecidas num contexto de ascensão ao poder do presidente conservador Ronald Reagan.

No campo da sexualidade, as décadas de 60 e 70 foram efervescentes no mundo ocidental, marcadas pela liberação sexual e por agitações sociais, em que a intransigência vitoriana foi se desmantelando cada vez mais. Os índices de divórcio dispararam e o sexo casual teria se tornado mais corriqueiro do que nunca (Dabhoiwala, 2013). A revolução sexual estaria umbilicalmente ligada à ascensão dos movimentos relacionados à contracultura, associada a uma “nova esquerda” (representada por grupos estudantis, feministas, pacifistas, negros, gays, lésbicas, ambientalistas e vítimas do imperialismo estadunidense) que se caracterizavam por uma “[...] valorização da juventude, ideias antielitistas e ênfase no combate à hipocrisia e à alienação da sociedade americana em detrimento da preocupação com luta de classes e miséria econômica”, que estaria atrelada a uma “velha esquerda” (ligada a sindicatos, à classe trabalhadora e ao socialismo), mas sem que essa demarcação das diferenças entre ambas fosse radicalizada, já que teriam ocorrido algumas continuidades em pessoal, ideais, estratégias e táticas (Karnal *et al.*, 2010, pp. 249-252). Dessa maneira, o sexo e a sexualidade eram essenciais para muitas das causas sociais pelas quais esses grupos estavam lutando. Jovens e *hippies* rejeitaram os valores da classe média e a hipocrisia sexual de gerações anteriores. Eles recomendavam à nação que, se fosse de vontade própria e fizesse bem, deveria ser praticado (Benshoff & Griffin, 2004).

Nesse sentido, as práticas sexuais dos anos 60 e 70¹ (contexto em que também eram chamadas de “amor livre”) tiveram uma perspectiva revolucionária, sendo vistas como resposta aos problemas políticos dos Estados Unidos, a maioria dos quais a contracultura atribuía responsabilidade à repressão e à hipocrisia. Se todas as pessoas se sentissem livres para fazer amor sempre que quisessem, acreditava-se que o mundo deixaria de ser um ambiente violento, cheio de ódio e se transformaria num espaço amoroso e utópico (Benshoff & Griffin, 2004).

É necessário fazer a ressalva de que liberdade sexual, no final dos anos 50, tinha um significado específico. Peter Stearns (2010) discute a obra *Sexo Sem Culpa*, publicada em 1958 nos Estados Unidos, e destaca que a tese central lançada no texto era a de que cada indivíduo deveria ser livre para trilhar qualquer caminho disponível que o levasse ao prazer. Num excerto recuperado do livro, ele enfatiza a seguinte passagem:

Todo ser humano, pelo simples fato de existir, deve ter o direito a todo o prazer sexual de sua preferência, seja muito (ou pouco), variado (ou monótono), intenso (ou moderado), duradouro (ou breve) – desde que, no processo de satisfação dessas suas preferências, não interfira necessária, forçosa ou injustamente nos direitos sexuais (ou não sexuais) e satisfações de outros seres humanos (Stearns, 2010, p. 247).

Para Stearns, esse teria se tornado o mantra do período relativo aos anos 60 e 70, em que valeria tudo desde que a participação fosse voluntária, mútua, dialogada. As pessoas eram estimuladas a discutir suas necessidades sexuais com potenciais parceiros o mais abertamente possível.

Ao enveredar mais especificamente pela discussão do BDSM (*Bondage*, *Dominação* e *Sadomasoquismo*), Tanya Krzywinska (2006) indica que,

¹Práticas sexuais, tal como concebemos, não se restringem à mera execução do coito, identificado principalmente na penetração genital. A seleção do conceito se deu por sua abrangente capacidade de englobar uma série de fenômenos que varia desde carícias preliminares e fetiches, até rituais de sedução, insinuações, flertes e diálogos com conotação sexual, permitindo fitar o sexo até mesmo onde ele não se desnuda por inteiro num primeiro olhar menos atento. Deve-se também ter em mente que tais práticas devem ser contextualizadas, tendo em vista que algumas são consideradas sexuais dentro de certos universos sociais e em outros, não, como o ato de sugar os seios femininos que, de acordo com Edgar Gregersen (1983), não são considerados especialmente eróticos em determinadas culturas, mas vistos principalmente como fonte de alimento dos bebês, como era o caso dos índios Navaho, ao contrário dos Marquesans e dos Kgatla-Tswana, do sul da África, que reconhecem a sucção e os beijos nos seios como uma carícia preliminar padronizada (entre os primeiros para excitar as mulheres, e para os últimos, aparentemente, um gesto de excitação masculina).

no ato consensual realizado por praticantes do sadomasoquismo, existe uma conjunção entre lágrimas e risos, medo com o amor, intimidação com o cuidado; e da *bondage* (ato de amarrar o parceiro sexual), com a liberação, sendo essa interconexão o elemento-chave capaz de discernir a contemporânea prática consensual sadomasoquista do abuso e da violência sexual. O objetivo da maioria dos praticantes de BDSM seria ampliar e potencializar as experiências sensuais do sexo, mas algumas vezes poderia acontecer que, na busca pela experimentação e pela intensificação, certas fronteiras fossem ultrapassadas, o que exigiria a adoção de acordos pré-estabelecidos, como as *safe words*, capazes de prevenir inconvenientes. Krzywinska ainda afirma que, pelo fato de o sadomasoquismo ser uma prática sexual complexa e ritualizada, uma manipulação cuidadosamente negociada de relações de poder, o tema do consentimento seria vital, já que se aventurar por tênues fronteiras é que tornaria o ato excitante para muitos praticantes, e a maioria o faria de bom grado, sem jamais considerar abusivo o que transcorre ao longo da execução.

Nesse contexto, imagens sobre práticas sexuais diversas e controversas despontam com um contundente enfoque transgressor aos valores “tradicionais” em uma série de filmes, tais como *Último Tango em Paris* (*Last Tango in Paris*, 1972), bem representadas na famigerada sequência em que Paul (Marlon Brando) utiliza um tablete de manteiga como lubrificante para realizar uma penetração anal em Jeanne (Maria Schneider). Como analisada pelo sociólogo Paulo Menezes (2001), a cena apresentaria uma densa ambiguidade dado não ser possível afirmar taxativamente que o sofrimento impingido à personagem teria sido decorrência da dor física pela introdução. Ademais, o próprio fato de a prática sexual ser no ânus funcionaria como negação da noção de família em geral, e da família cristã em particular, pois impossibilitaria qualquer referência possível à procriação. Para Menezes:

[...] a reação de Jeanne aos atos de Paul é, como as imagens, prenhe de ambiguidades. Ela, sem dúvida, relutou, mas este relutar também é pleno de indecisão, misto de medo, que ela disse não sentir, e curiosidade, pelos atos sempre incertos de Paul que lhe atraem a atenção e lhe entorpecem e seduzem os sentidos. Da mesma forma que seu choro pode ser a expressão de uma rejeição àquele tipo de sexo, ou da rejeição ao que foi falado sobre a família e a religião. Em

vários momentos temos a sensação de que é destas últimas, ou seja, que é da fala que ela é obrigada a repetir e que agride seus valores mais arraigados que brotam as suas dores mais profundamente sentidas. Nesta perspectiva, a violação da família estaria sendo para ela muito mais contundente e agressiva do que uma violação meramente sexual (Menezes, 2001, p. 160).

Enquanto Paul penetra o personagem de Maria Schneider, tece diversas considerações caracterizando a família como instituição castradora, afirmando que seria a partir dela que as crianças seriam torturadas até que contassem sua primeira mentira, teriam suas vontades quebradas pela repressão e a sua liberdade assassinada pelo egoísmo, o que constrói um conceito audiovisual das práticas sexuais impregnado pela filosofia de Wilhelm Reich (1975) quando este discute a correspondência entre o sexo e formas de autoridade e dominação social. No seu entendimento, a formação das massas, no sentido de serem cegamente obedientes à autoridade, deve-se não ao amor paternal, mas à autoridade da família. A supressão da sexualidade nas crianças e nos adolescentes seria a principal maneira de conseguir essa obediência, ou seja, para Wilhelm Reich, a coibição da sexualidade nas crianças e nos adolescentes tinha como principal função tornar mais fácil para os pais insistirem na obediência cega dos filhos. Nas suas próprias palavras, “[...] A supressão sexual tem a função de tornar o homem dócil à autoridade exatamente como a castração dos garranhões e dos touros tem a função de produzir satisfeitos animais de carga” (Reich, 1975, p. 114).

Já nos estadunidenses anos 1980 presididos pelo republicano Ronald Reagan, desponta a obra *9½ Semanas de Amor*, que explora a relação amorosa entre John (um personagem completamente enigmático interpretado por Mickey Rourke) e Elizabeth (vivida por Kim Basinger). No primeiro encontro do casal, após uma refeição numa cantina italiana, John leva Elizabeth para uma embarcação no cais que pertenceria a um amigo. Enquanto ela analisa o interior do lugar, ele prepara a cama de casal, estendendo um lençol branco, e coloca uma trilha sonora de Billie Holiday, criando um cenário insinuante. Elizabeth testemunha toda aquela preparação com desconfiança e questiona de onde vinha aquela certeza do que poderia acontecer ali. Em seguida, ela tenta extrair informações daquele homem desconhecido e o diálogo dá pistas importantes:

- Elizabeth: – O que você faz?
- John: – Eu compro e vendo dinheiro. Há quem chame de arbítrio de câmbio.
- Elizabeth: – E como você chama?
- John: – De um meio de vida.
- Elizabeth: – Você dorme com um telefone embaixo do travesseiro?
- John: – Não durmo, não. Eu dormia. Agora não preciso mais.
- Elizabeth: – Mas seu ramo é muito arriscado, não?
- John: – Bom, nem tão arriscado quanto você vir aqui. Aqui, onde não há vizinhos em volta e nós mal nos conhecemos. Eu não a conheço. Você nada sabe de mim. Quer dizer, não tem táxi esperando na esquina. Não tem telefone público lá fora. Não tem ninguém pra ouvir você, se gritar. Só você e eu.
- Elizabeth: – Não estou gostando mais. Quero ir para casa.
- John: – É brincadeira.
- Elizabeth: – Agora!

A sequência encerra com uma série de gestos aflitivos de Lizzy demonstrando sua angústia por estar ali, vulnerável, diante de um estranho num ambiente de isolamento, apartada de qualquer tipo de proteção. A conjunção desses fatores é significativa para analisar o contexto sociopolítico no qual os personagens estão inseridos. Um indivíduo misterioso, ligado ao capital financeiro e que incitou um sentimento de vulnerabilidade, nessa conjuntura histórica, pode ser remetido a uma questão mais ampla: a redução do chamado Estado Providência e a irrupção das políticas implementadas sob a égide do neoliberalismo. Desde os períodos pós-crise de 1929 e Segunda Guerra Mundial até o final da década de 1970 prevalecera o *New Deal* de Franklin Roosevelt (1933 - 1945), tendo como um dos princípios básicos a política keynesiana de intervenção do Estado na economia, que operou por meio de investimentos e endividamentos estatais para redistribuição da renda e promoção do bem-estar com vistas a amenizar as desigualdades sociais (Rocha, 2014).

O primeiro *New Deal*, lançado entre 1933 e 1934, foi um pacote de reformas que visava promover a recuperação industrial e agrícola, regular o sistema financeiro e providenciar mais assistência social e obras

públicas, tendo como principal órgão público controlador a Administração de Recuperação Nacional (em inglês, NRA - *National Recovery Administration*), que regulava a economia através de uma série de acordos entre empresários, trabalhadores e o governo, estabelecendo limites para os preços, para os salários e para a competição. Em 1935, Roosevelt lançou um segundo *New Deal*, que contava com programas ampliados de assistência social emergencial, de impostos sobre fortunas privadas, um sistema de relações industriais que incentivava a sindicalização e o estabelecimento da previdência social para os desempregados, crianças deficientes e aposentados. Ainda que os dois programas tenham sido insuficientes para salvar a economia (que teria sido de fato recuperada pela Segunda Guerra Mundial) e para redistribuir renda, eles trouxeram, em alguma medida, segurança econômica para muitas pessoas, mudando as relações entre os cidadãos e o Estado ao garantir qualidade de vida mínima e proteção social contra as adversidades (Karnal *et al.*, 2010).

Mas esse modelo de capitalismo teria gerado uma situação inesperada, decorrendo num quadro estagflacionário (baixas taxas de crescimento econômico associadas a altos índices de inflação). Marilena Chauí (Rocha, 2014) enfatizou que, para o teórico austríaco Friedrich Hayek, essa crise seria resultado do excesso de poder dos sindicatos e dos movimentos operários. Ao pressionarem por aumentos dos salários e dos encargos sociais do Estado, provocaram uma diminuição dos níveis de lucro demandados pelas empresas e desencadearam processos inflacionários incontroláveis. Com sindicatos fortes, os trabalhadores reivindicavam com maior frequência e tendiam a maximizar seus ganhos. Com os aumentos salariais, a saída encontrada pelas empresas para aumentarem os lucros foi elevar os preços das suas mercadorias, o que provocava um círculo inflacionário vicioso. Após esse diagnóstico, o grupo sugeriu um receituário embasado em quatro premissas básicas: 1) o estabelecimento de um Estado forte para quebrar o poder dos sindicatos e dos movimentos operários, o que possibilitaria diminuir os investimentos públicos por meio de cortes drásticos nos encargos sociais; 2) um Estado forte cuja meta principal seria a estabilidade monetária, contendo os gastos com bem-estar social e restaurando a taxa de desemprego necessária para formar um exército industrial de reserva que quebrasse o poderio dos sindicatos;

3) Um Estado que aplicasse uma reforma fiscal capaz de incentivar os investimentos privados, ou seja, reduzindo os impostos sobre o capital e as fortunas, e aumentando os impostos sobre a renda individual, incidindo sobre o trabalho, o consumo e o comércio e; 4) um Estado que deixasse de regular a economia, permitindo que o mercado se organizasse a partir de uma racionalidade própria. Em outros termos, significava a abolição do controle estatal sobre o fluxo financeiro, uma drástica regulação antigreve e um vasto programa de privatização.

Já no discurso inaugural como presidente, realizado em 20 de Janeiro de 1981, Ronald Reagan (1981-1988) deu mostras de que combateria esse tipo de “Estado grande”, provedor de proteção social:

Na atual crise, o governo não é a solução dos nossos problemas; o governo é o problema. De tempos em tempos, somos tentados a acreditar que a sociedade se tornou muito complexa para ser administrada por autogestão, que a governança por um grupo de elite é superior à governança para, pelo e do povo. Bem, se ninguém entre nós é capaz de governar a si mesmo, então quem entre nós será capaz de governar outra pessoa?

[...] É minha intenção diminuir o tamanho e a influência do *establishment* Federal e reconhecer a distinção entre o poder concedido ao governo Federal e aquele reservado aos estados ou ao povo. Todos nós precisamos ser lembrados de que o governo Federal não criou os estados; os estados criaram o governo Federal.

[...] Não é coincidência que os nossos problemas atuais sejam paralelos e proporcionados pela intervenção e intrusão nas nossas vidas, resultantes do crescimento excessivo e desnecessário do governo (Waldman, 2010, pp. 248-249).

Sob essa perspectiva, a solução proposta para restaurar a saúde econômica nacional se baseou na administração do Estado como um negócio, bem como em tornar os indivíduos responsáveis por seus próprios destinos (Jordan, 2003). Mas, como indicado por Marilena Chauí (Rocha, 2014), se, por um lado, as políticas neoliberais conseguiram reduzir as taxas de inflação, por outro, não lograram o mesmo êxito com relação ao crescimento econômico, porque a desregulamentação financeira, um elemento central do sistema, teria incentivado a especulação em vez dos investimentos na produção, ou

seja, o monetarismo teria superado a indústria.² Ao longo dos anos 1980, teria acontecido uma verdadeira explosão dos mercados de câmbio internacionais, cujas transações, puramente monetárias, diminuiriam o comércio mundial de mercadorias reais (Anderson, 2000). Tal modelo levou à percepção de que o crescimento de poder aquisitivo mais substancial fora obtido por quem negociava dinheiro, particularmente na bolsa de valores, um negócio no qual não havia nenhum produto efetivo, apenas a probabilidade da existência de um (Harwood, 1997).

Essa análise socio-histórica possibilita estabelecer um *sistema relacional* para compreender as distintas racionalidades do casal protagonista.³ John é a personificação dessa nova forma de organização do capital que se configura no início dos anos 80, fazendo da competição, do jogo, da especulação e do risco, identificados principalmente em torno da sua profissão, uma forma de viver, ou mais precisamente, um estilo de vida.

Ainda que, numa primeira impressão, pareça insólito propor uma aproximação entre uma lógica econômica e relacionamentos sexuais, essa associação se torna exequível ao recuperar a tese de Pierre Dardot e Christian Laval (2016), para quem o neoliberalismo não seria tão somente um tipo de política com viés econômico, mas um sistema normativo que define novos modos de subjetivação, estruturando relações sociais e esferas da vida com base na lógica do capital. Segundo os autores,

[...] com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além delas, em todas as sociedades que as seguem no caminho

² “O monetarismo e o capital financeiro tornaram-se o coração e o centro nervoso do capitalismo, ampliando a desvalorização do trabalho produtivo e privilegiando a mais abstrata e fetichizada das mercadorias, o dinheiro (em um dia, a bolsa de valores de Nova Iorque ou de Londres é capaz de negociar montantes de dinheiros equivalentes ao PIB anual do Brasil ou da Argentina). O poderio do capital financeiro determina, diariamente, as políticas dos vários Estados, porque estes, sobretudo os da periferia do sistema, dependem da vontade dos bancos e financeiras de transferir periodicamente os recursos para um determinado país, abandonando outros”. (Rocha, 2014, p. 89).

³ O *sistema relacional* é uma ferramenta conceitual que permite investigar, num filme, como são ordenadas, entre os personagens, as relações de hierarquia e de valores, as redes de intercâmbio e de influência, as formas nas quais os indivíduos e os grupos sociais são edificados audiovisualmente, ou seja, os diversos elementos sonoros (falas, músicas, ruídos, silêncios), bem como posições de câmera (*plongée, contra-plongée, close, plano-americano*), tipos de montagem (plano-sequência, profundidade de campo) e todos os demais elementos, de forma a constituir o universo narrativo. (Sorlin, 1977).

da “modernidade”. Essa norma impõe, a cada um de nós, que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar nessa luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa. Há quase um terço de século, essa norma de vida rege as políticas públicas, comanda as relações econômicas mundiais, transforma a sociedade, remodela a subjetividade (Dardot & Laval, 2016, p. 16).

Tomando tal arcabouço teórico como referência, torna-se possível compreender como a lógica do neoliberalismo gesta um tipo de racionalidade *sui generis* orientadora do comportamento do protagonista.

Já a apreensão de Elizabeth, que se torna palpável no instante em que ela percebe sua situação de isolamento, parece retratar a sensação de vulnerabilidade das camadas da sociedade que se viram assoladas por incertezas com a supressão das políticas de cunho keynesianas, tendo em vista que [...] o neoliberalismo é o encolhimento do espaço público dos direitos e o alargamento do espaço privado dos interesses de mercado” (Rocha, 2014, p. 88). Willian Kleinknecht (2009) salientou que os dois períodos de expansão econômica que se seguiram após as políticas de Reagan teriam favorecido muito pouco as parcelas da população situadas nas faixas de renda média e baixa, enquanto os setores mais abastados teriam auferido fortunas vultosas. Também teria havido um crescimento da taxa de desemprego, que era de 4% nos anos 1970 e foi duplicada na década de 80, além de ter sido promovida uma redução na tributação dos salários mais elevados, que caiu para 20%, e que os valores das bolsas teriam aumentado quatro vezes mais rapidamente do que os salários (Anderson, 2000). Nessa mesma esteira, Sean Purdy (Karnal *et al.*, 2010), apontou, por meio de dados estatísticos, que desde os anos 1970 os trabalhadores teriam produzido mais e ganhado menos. Em 1992, um operário típico trabalhava 163 horas a mais por ano do que em 1972, o que representava quase um mês a mais de trabalho por ano. Em compensação, o salário-mínimo em 1998 valia 22% menos do que em 1968. Por outro lado, os executivos de corporações, que em 1965 ganhavam vinte vezes mais do que um trabalhador da indústria, passaram a ganhar um percentual quase três vezes maior que esse em 1989, chegando a 56:1; e, em 1997, alcançaram o patamar de 116:1. Além disso, o autor também

aponta que as corporações teriam se aproveitado das recessões, das pressões da competição global e das políticas conservadoras para abater o custo dos seus negócios, o que resultou num ataque frontal aos direitos trabalhistas e aos sindicatos. Para ele,

[...] as empresas, em geral, resistiam vigorosamente a campanhas de sindicalização com a intimidação de ativistas, enquanto seus gerentes negociavam duramente com os sindicatos existentes. A demissão de 11 mil controladores de voo pelo presidente Reagan, em 1981, durante uma greve considerada ilegal, estabeleceu o padrão. Grandes empresas, como Hormel, International Paper, Greyhound e Caterpillar, beneficiaram-se de greves longas para incapacitar e quebrar sindicatos, usando permanentemente “trabalhadores substitutos”, protegidos pela polícia. Nesse ambiente econômico, trabalhadores tornaram-se mais dispostos a aceitar contratos com concessões e relutantes em fazer greve. Em 2000, somente 13,5% da mão de obra nacional era sindicalizada, aproximadamente o mesmo nível de 1930 (Karnal et al, 2010, p. 259).

O fato de não haver vizinhos e de que nenhuma pessoa poderia ouvi-la gritar, além da vulnerabilidade, estimula a sensação de insulamento, da perda dos laços de solidariedade que uniam os indivíduos, passando cada um a depender de si mesmo. A inexistência do telefone público complementa a impressão de desassistência, representando a ausência do Estado para acudir e proteger num momento de necessidade. Nesse novo contexto, os próprios indivíduos se viram obrigados a prover todas as suas carências, tendo em vista que,

[...] embora a liberdade pessoal e individual do mercado seja garantida, cada indivíduo é julgado responsável por suas próprias ações e por seu próprio bem-estar do mesmo modo como deve responder por eles. Esse princípio é aplicado aos domínios do bem-estar social, da educação, da assistência à saúde e até aos regimes previdenciários. [...] O sucesso e o fracasso individuais são interpretados em termos de virtudes empreendedoras ou de falhas pessoais (como não investir o suficiente em seu próprio capital humano por meio da educação), em vez de atribuídos a alguma propriedade sistêmica (como as exclusões de classe que se costumam atribuir ao capitalismo) (Harvey, 2008, p. 76).

Assim, a preocupação de Lizzy pode ser vista como indicativo do temor que ela sentira por estar na companhia de um desconhecido, o que reflete metaforicamente o desassossego de determinados estratos sociais diante

da situação de perda de direitos face à nova, e ainda pouco conhecida, lógica financeira que se instaurava. Essa lógica é realmente misteriosa no filme quando percebida sob a ótica dos ofícios. Ao contrário de Elizabeth, que trabalhava numa galeria de artes e há uma diversidade de cenas ilustrativas do seu *métier*, as atividades de John só são exploradas um pouco mais detidamente da metade para o final do longa-metragem. Elas só são reveladas por ter havido uma “intrusão” no momento em que Elizabeth decide seguir John, às escondidas, até Wall Street, e entra em seu escritório sem ser anunciada por sua secretária, o que o surpreende. Ainda assim, a sequência é pouco esclarecedora a respeito da sua real atividade, o que realça o mistério em torno do personagem e de tudo o que o envolve. George Monbiot (2016b) destaca que o anonimato seria tanto um sintoma quanto uma causa da força do neoliberalismo. As crises que dele decorrem, como o colapso financeiro de 2008, os problemas da educação e da saúde públicas, as tragédias ambientais e dos ecossistemas, dentre outras, acontecem como se fossem fatos de uma suposta natureza, ou seja, que o neoliberalismo teria se tornado tão penetrante em nossas vidas que raramente o tomaríamos como uma ideologia. Pelo contrário, o aceitaríamos como se fosse uma fé milenar e utópica capaz de descrever uma força neutra, uma espécie de lei biológica, como a teoria da evolução de Darwin.

John também parece exercer uma espécie de controle por meio do mistério, o que provoca fascínio e desperta atração em Elizabeth. E esse mistério é algo que vai sendo nutrido. Em Wall Street, após se manter impassível e silente diante de várias considerações e questionamentos feitos por ela, o que a faz se indignar e sair correndo, John a segue e decide levá-la a um bar, onde ocorre um breve diálogo:

Elizabeth: – Adoro Wall Street. Adoro sim.

John: – Por quê?

Elizabeth: – Sei lá. Adoro os ternos cinzentos, os sapatos brilhando. Às vezes, imagino como é ser um dos caras.

John: – É?

Elizabeth: – Às vezes.

John: – É, é compreensível. A moça quer saber como é ser um dos rapazes?

É perceptível como Lizzy, mesmo após ter invadido os grotões daquele universo, atesta total desconhecimento da sua essência, demonstrando um deslumbramento idealizado a partir da aparência imediata e superficial em torno das vestimentas e do comportamento dos seus agentes sociais, e que pode ser compreendido a partir do conceito de *fetichismo da mercadoria* marxista. Karl Marx (1999) instaura uma dualidade entre a aparência e a essência do mundo histórico para compreender como um fenômeno que, à primeira vista, parecia ser trivial, evidente, seria, nas suas palavras, “[...] uma coisa complicada, cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas”. Com isso, Marx destaca que as mercadorias, dentro do modo de produção capitalista, apresentavam-se como se fossem detentoras de uma natureza intrínseca, em que o valor estaria contido nelas mesmas. E, no processo de circulação, elas seriam trocadas por essas características que lhes eram tomadas como inerentes. Mas por trás dessa aparência existiria uma essência encoberta, pela qual a mercadoria seria misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho humano. A partir dessa afirmação, Marx trabalha o conceito de *valor de troca*, utilizado como um parâmetro analítico para calcular a quantidade de trabalho socialmente necessário na produção de uma mercadoria e, como desdobramento, indicar que era nas relações humanas que repousava a verdadeira gênese do valor da mercadoria, ou seja, a sua essência.

Porém, se no início ela ficara temerosa de estar à sós com ele, o receio vai sendo aplacado e a sua entrega se torna plena no decorrer da trama. A dominância de John ganha tamanha amplitude que uma sequência marcada por uma série de eventos aleatórios do casal, como num videoclipe, foi acompanhada por uma trilha sonora nomeada *Slave to Love (Escravo[a] do Amor)*, sugerindo a posição de sujeição que Lizzy passa a ocupar. John ganha prevalência na vida dela e vai sendo constituída uma espécie de *trickle down* afetivo. O *trickle down*, ou “gotejamento”, foi uma das estratégias econômicas adotadas por Ronald Reagan (chamadas de *Reaganomics*) para lidar com a recessão do final dos anos 70. O seu plano girava em torno da concepção de que gastar grandes somas de dinheiro estimularia a economia, o que teria aumentado consideravelmente a dívida nacional. Perry Anderson (2000) destacou que Reagan não respeitou a disciplina orçamentária defendida pelos ideólogos neoliberais e lançou-se numa corrida armamentista sem precedentes contra a União Soviética, o que envolveu dispendiosos gastos

militares e criou um déficit público muito maior do que qualquer outro presidente da história dos Estados Unidos. A esse respeito, Philip Jenkins (2006) apontou que, para Ronald Reagan, os gastos com defesa não eram vistos como uma questão orçamentária: gastava-se o que fosse necessário, o que teria provocado um déficit recorde de U\$226 bilhões, em 1986. Associado a isso, Ronald Reagan também defendia o beneficiamento dos grupos mais ricos e das grandes corporações por meio de cortes nos seus impostos sob o argumento de que a saúde financeira deles permitiria que a riqueza produzida “gotejasse” para os estratos inferiores da pirâmide social (Benshoff & Griffin, 2004). Essa metáfora parece ter sido bem capturada pelo longa-metragem (Figura 1)

Figura 1– Cena de *9½ Semanas de Amor*



Nessa cena, Elizabeth, que está atada, passa a ser provocada por John, que despeja gotas d'água de um cubo de gelo. O gesto é altamente carregado de simbolismos se o corpo de Lizzy for tomado como representação da pirâmide social visto à luz do *trickle down*. John está situado espacialmente no topo do que se pode denominar de hierarquia das práticas sexuais e faz do gotejamento uma ferramenta que produz benefícios a Lizzy se pensados sob o signo do prazer, como se percebe nos seus gestos ao se retorcer de desejo. As carícias de John avançam, dessa vez triscando o gelo nos mamilos intumescidos de Elizabeth, seguindo vagorosamente pelo ventre até chegar aos seus quadris, onde passa a provocar deslizando o cubo no elástico da sua lingerie, fazendo-a

contorcer-se e gemer, quando a sequência é enfim encerrada. É perceptível como John assume plenamente o controle daquela prática sexual e se delicia ao ver Lizzy se revolvendo diante dos seus caprichos.

Mas um dos momentos mais emblemáticos, e que permite entender uma virada no conceito de liberdade sexual, acontece numa sequência em ele precisa sair às pressas do seu apartamento e deixa Elizabeth à sós. Depois de um tempo nesse cenário, entediada e curiosa, ela passa a vasculhar os pertences dele até ser interrompida por uma ligação telefônica do mesmo em que, ao longo da conversa, este descobre que ela esteve mexendo em suas coisas e desliga decepcionado. Ao voltar para casa, John se depara com Elizabeth, a quem afirma ter acreditado que não estaria mais lá e pergunta por que ela tinha feito aquilo. Depois de ouvir um pedido de desculpas, ele responde que pelo fato de ter sido uma garota má, ela mereceria ser punida, devendo virar-se de costas e levantar a saia, pois seria castigada. Ela se mostra incrédula e pergunta se aquilo era mais um dos seus jogos. Ao ouvir uma resposta negativa, ela se retira, com passos firmes e ares de indignação, até que decide voltar para confrontá-lo fisicamente. Ele se esquiva dos seus golpes, agarra-a e a empurra sobre uma mesa. Enquanto ela se debate e tenta evitá-lo, ele rasga sua calcinha, deita-se sobre ela, a penetra intempestivamente e passa a dar estocadas em seu corpo. Todo esse momento é marcado por uma trilha sonora grave que cria um clima de tensão na cena, construindo a imagem de um ato sexual não consensual, em que John sente-se livre para aplacar seus próprios desejos. Entretanto, se num primeiro momento o personagem de Kim Basinger apresenta gestos de defesa, lentamente vai arrefecendo e aparentemente se entrega, passando a gemer até o instante em que ele diz que vai ter um orgasmo e cessa as investidas contra o corpo dela, serenando paulatinamente e deixando seu corpo exaurido tombar sobre Lizzy, que passa a lhe acariciar os cabelos. Ao final, a trilha sonora atenua, abrandando a tensão no clima que prevalecera nos instantes iniciais, até a sequência encerrar com uma tomada do semblante exasperado e dos lábios trêmulos de Elizabeth, elaborando uma construção cinematográfica do sexo altamente carregada de ambiguidade tal como *Último Tango em Paris* oferecera uma década antes.

Porém, no contexto estadunidense dos anos 80, a concepção de liberdade erigida em torno do personagem de John não parece se adequar aos conceitos propostos por Peter Stearns ou Tanya Krzywinska, podendo ser

compreendida com base numa nova perspectiva, tomando como paradigma a concepção neoliberal hayekeana. Friedrich Hayek (1983) explorou um conceito de liberdade, concebido como ausência de coerção, que fora empregado para contestar o modelo de Estado provedor implementado por Franklin Roosevelt. Na acepção hayekeana, liberdade

[...] sempre significou a possibilidade de um indivíduo agir de acordo com os seus próprios planos e resoluções, em contraposição à condição do indivíduo que estava irrevogavelmente sujeito à vontade de outrem, cuja decisão arbitrária poderia coagi-lo a agir de determinada maneira. Uma das mais velhas definições de liberdade é, portanto, “independência da vontade arbitrária de outrem” (Hayek, 1983, p. 28).

Para complementar:

A coerção é maléfica precisamente porque anula o indivíduo enquanto ser que pensa e avalia, fazendo dele um mero instrumento dos fins de outrem. A livre ação, graças à qual um indivíduo persegue seus próprios objetivos pelos meios que seu conhecimento lhe indica, deve basear-se em informações que não podem ser moldadas de maneira arbitrária por outrem (Hayek, 1983, p. 28).

George Monbiot (2016a) afirma que a noção de liberdade como ausência de coerção, empregada como contraponto a conceitos como liberdade política, direitos universais, igualdade humana e distribuição da riqueza, fomentaria o espírito empreendedor e a competição entre os indivíduos, o que alguns teóricos ligados ao neoliberalismo acreditavam serem as molas propulsoras da prosperidade de uma nação. Somente um mercado livre e desregulamentado seria capaz de oferecer benefícios que jamais seriam alcançados por um planejamento estatal, tendo em vista que todos os esforços para criar uma sociedade mais igualitária seriam contraproducentes e moralmente corrosivos ao eliminar o sentido de responsabilidade individual. Isso significava, para os defensores do neoliberalismo, que todas as tentativas de limitar a competição entre os indivíduos deveriam ser tratadas como inimigas da liberdade, que impediriam a formação, tida como natural, de uma desigualdade hierárquica entre *winner*s e *loser*s, donde concluíam que os impostos e a regulamentação deveriam ser minimizados e os serviços públicos privatizados.

John parece ser orientado, ainda que aparentemente não exiba plena consciência disso, por esse arcabouço filosófico e o reproduz no plano da sexualidade, produzindo um modelo diverso de construção cinematográfica das práticas sexuais nos anos 80 se comparado ao *Último Tango em Paris*.

Se em *O Último Tango em Paris* a cena da manteiga cria uma indeterminação valorativa que proporciona apreciá-la como uma vertente transgressora do *status quo* (encarnado principalmente nas instituições da família e da religião), *9½ Semanas de Amor* (re)introduz uma ambivalência que mais parece reafirmar as normas do neoliberalismo que estavam se constituindo no período em discussão. Se Elizabeth, num primeiro instante, ofereceu alguma resistência ou desejo contrário, ele simplesmente a ignorou e se deixou levar exclusivamente pelo seu próprio interesse, independentemente da vontade arbitrária dela, não aceitando restrições às suas investidas, como também se verifica noutra sequência em que ele persiste para que Elizabeth rasteje e recolha cédulas de dinheiro espalhadas pelo chão, a despeito das negativas dela. O personagem age, em algum nível, orientado por uma concepção haykeana de liberdade que não reconhece os anseios da sua parceira, o que enseja uma competição sexual entre desejos hierarquizados e conflitantes, iluminando a percepção dos espectadores de como determinadas formas de representações das práticas sexuais sofreram transformações nas quais o viés transgressor e questionador da ordem estabelecida nos anos 60 e 70 foi suplantado por um novo processo de subjetivação com base na lógica do capital, ao fim e ao cabo reafirmando o *status quo*.

Considerações finais

Como apontado, 14 anos separaram *Último Tango em Paris* e *9½ Semanas de Amor*. Nesse interregno, novos atores sociais ganharam os holofotes, ajudando a transformar as formas como o sexo era cinematograficamente apresentado entre os anos 60 e 70 e promoveram a (re)produção de imagens sobre o tema da liberdade sexual que, em alguma medida, exploravam noções em torno do consenso e da reciprocidade, bem como provocavam questionamento da ordem social estabelecida, como se percebeu em *Último Tango em Paris*. Chegados os anos 80, o que se identificou foi que *9½ Semanas de Amor* retoma a concepção de liberdade sexual, mas, ao colocá-la em perspectiva, o

que se avalia é a perda do seu aspecto questionador e integrador, adquirindo contornos individualistas e conflitantes que, ao fim e ao cabo, reforçam a lógica do livre mercado neoliberal, então em ascensão nos anos 80.

Referências

- Anderson, Perry. (2000). Balanço do neoliberalismo. In: E. Sader, & P. Gentili. (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Paz e Terra.
- Benshoff, Harry M., & Griffin, Sean. (2004). *America on film: representing race, class, gender, and sexuality at the movies*. Wiley-Blackwell.
- Dabhoiwala, Faramerz. (2013). *As origens do sexo: uma história da primeira revolução sexual*. Globo.
- Dardot, Pierre, & Laval, Christian. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Editora Boitempo.
- Ebert, Roger. (Oct. 14, 1972). Last Tango in Paris. *RogerEbert.com*. <https://www.rogerebert.com/reviews/last-tango-in-paris-1972>
- Gregersen, Edgar. (1983). *Práticas sexuais: a história da sexualidade humana*. Roca.
- Harvey, David. (2008). *O neoliberalismo: história e implicações*. Loyola.
- Hayek, Friedrich. (1983). *Os fundamentos da liberdade*. Visão.
- Harwood, Sarah. (1997). *Family fictions: representations of the family in 1980s hollywood cinema*. Macmillan Press.
- Jenkins, Philip. (2006). *Decade of nightmares: the end of the sixties and the making of eighties America*. Oxford University Press.
- Jordan, Chris. (2003). *Movies and the Reagan presidency: success and ethics*. Praeger Publishers.
- Karnal, Leandro, Purdy, Sean, Fernandes, Luis Estevam, & De Moraes, Marcus Vinicius. (2010). *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. Contexto.
- Kleinknecht, William. (2009). *The man who sold the world: Ronald Reagan and the betrayal of main street America*. Nation Books.
- Krzywinska, Tanya. (2006). *Sex and the cinema*. Wallflowers Press.
- Marx, Karl. (1999). *O capital: crítica da economia política. Livro Primeiro: o processo de produção do capital*, Vol. 1. Civilização Brasileira.
- Menezes, Paulo. (2001). *À meia luz: cinema e sexualidade nos anos 70*. Editora 34.
- Monbiot, George. (Nov 14, 2016a). Neoliberalism: the deep story that lies beneath Donald Trump's triumph. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/nov/14/neoliberalsim-donald-trump-george-monbiot>

- Monbiot, George. (Apr. 15, 2016b). Neoliberalism, the ideology at the root of all our problems, *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/books/2016/apr/15/neoliberalism-ideology-problem-george-monbiot>
- Reich, Wilhelm. (1975). *A função do orgasmo: problemas econômico-sexuais da energia biológica*. Brasiliense.
- Rocha, André. (org.). (2014). *Marilena Chauí: a ideologia da competência*. Coleção Escritos de Marilena Chauí Vol. 3. Editora Fundação Perseu Abramo.
- Sorlin, Pierre. (1977). *Sociología del cine*. Fondo de Cultura Económica.
- Stearns, Peter N. (2010). *História da sexualidade*. Contexto.
- Waldman, Michael. (2010). *My fellow Americans: the most important speeches of America's presidents, from George Washington to Barack Obama*. Sourcebooks Media Fusion.

Recebido: 14 ago. 2023.

Aceito: 21 maio 2025.



Licenciado sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)